

Crise do capital, COVID-19 e políticas públicas de lazer: rabiscando cenas dos próximos capítulos

Capital crisis, COVID-19 and public leisure policies: drawing scenes from the next chapters

Elizandra Garcia da Silva*

Verônica Toledo Ferreira de Carvalho**

Renato Machado Saldanha***

Resumo: O modo de produção capitalista, ainda imerso na crise de 2007/2008, presencia o agravamento dessa crise com a pandemia da COVID-19. Buscando saídas para a retomada do crescimento de seus níveis de acumulação, amplia e aprofunda as formas de exploração do trabalho da classe trabalhadora. Essas mudanças no trabalho trouxeram implicações no tempo livre e, em particular, no lazer. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético e por meio da pesquisa bibliográfica, realizamos as análises e consideramos que, ao Estado brasileiro, neoliberal, não é prioritária a garantia de políticas públicas de lazer, restringindo ainda mais as possibilidades de lazer da classe trabalhadora. Enquanto a burguesia segue se fartando do consumo das mais variadas mercadorias de lazer, aos trabalhadores seguirão restando apenas migalhas caídas da mesa, até que sejam capazes de revolucionar esse modo de produção, emancipando-se e forjando o socialismo.

Palavras-chave: crise do capital. COVID-19. políticas públicas de lazer

Abstract: The capitalist mode of production, still immersed in the crisis of 2007/2008, witnesses the worsening of this crisis with the COVID-19 pandemic. Seeking ways to resume the growth of their accumulation levels, it expands and deepens the forms of exploitation of the working class. These changes in labor have implications for leisure time and, in particular, leisure activities. Using the theoretical-methodological assumptions of historical-dialectical materialism and through bibliographic research, we have conducted analyses and consider that the neoliberal Brazilian state does not prioritize

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Professora do Instituto de Educação Física, da Residência Multiprofissional em Saúde, dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Neurologia/Neurociências da Universidade Federal Fluminense/UFF. E-mail: elizandragarcia@hotmail.com

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Mestra em Estudos do Lazer pela UFMG. E-mail: veronica.usa24@gmail.com

*** Doutorando pelo Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Professor na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE/CAV. E-mail: renatomsaldanha@gmail.com



the guarantee of public leisure policies, further restricting the possibilities of leisure for the working class. While the bourgeoisie continues to indulge in the consumption of various leisure goods, the workers will only have the crumbs that fall from the table, until they are capable of revolutionizing this mode of production, emancipating themselves and forging socialism.

Keywords: capital crisis. COVID-19. public leisure policies.

Recebido em 28/05/2021. Aceito em 07/06/2021.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar o lazer no contexto da crise mundial do capital e, em particular, o agravamento de tal crise, promovido pela pandemia mundial da COVID-19, como subsídios para se pensar o lazer pós-pandêmico, enquanto um direito social a ser garantido pelo Estado por meio de políticas públicas.

Traçado esse objetivo, buscamos evitar que os leitores incorram pelas vias de uma das principais contradições evidenciadas neste manuscrito e explicamos: nossa preocupação em analisar o lazer, mesmo diante da ameaça trazida pela COVID-19 às nossas vidas, que coloca em risco nossa existência enquanto sujeitos históricos, não se dá pelo viés individual, de estarmos preocupados com nossas práticas de lazer, assim que nos vacinarmos e pudermos ir flexibilizando as normas do isolamento social. Ao contrário, em concordância e cumprimento com a função social da universidade pública na produção do conhecimento, ancoramo-nos em argumentos em torno da necessidade de objetivarmos o lazer, entendido enquanto prática social. Para tal recorremos às vias da pesquisa científica para lançarmos luzes sobre esse fenômeno, evidenciarmos as contradições que o permeia, discutirmos o mesmo nos conflitos e concordâncias, em relação a teoria anteriormente produzida, e apresentarmos sínteses que permitam o entendimento mais aproximado da realidade material do lazer, em perspectiva histórica.

Enredados no estado catastrófico da conjuntura atual e nas interferências sobre a vida da classe trabalhadora, envidamos esforços no sentido de inferir os impactos do agravamento da crise econômica mundial e das políticas adotadas pelo governo federal sobre as políticas de lazer, entendidas enquanto direito público.

O intento em analisar o lazer no contexto de crise do capital não se esgota no próprio objeto. Qualitativamente distinto, visamos, neste manuscrito, a busca da aproximação com a totalidade do fenômeno aqui exposto. Para tal, analisamos alguns determinantes, como o trabalho, pelo menos desde os anos de 1990 até os dias atuais, recorte histórico realizado a partir das implicações diretas dessas determinantes nas políticas nacionais de lazer.

O breve resgate desse percurso histórico indica mais de 30 anos em modificações no cenário de contexto social, no qual se materializou o aprofundamento e a diversificação da exploração da classe trabalhadora, com a reestruturação da produção e de seu trabalho, ao mesmo tempo em que os governos foram retirando direitos dantes conquistados.

No Brasil, a reestruturação produtiva e os ajustes estatais perpassam todo o enredo dessas últimas três décadas. E, ao objetivarmos analisar o lazer, inferimos que o mesmo integra esse conjunto de setores estatais ajustados, junto à saúde, educação, esportes, dentre outros.

As transformações no pano de fundo também se manifestaram no formato de ajustes do Estado, com enxugamento de investimentos mais amplos no setor público, e não com exclusividade para o lazer, ou seja, no bojo das políticas neoliberais, o lazer tem sido mais um dos setores alvejados. Além dos cortes empreendidos, os sucessivos governos também ampliaram as parcerias com os setores privados, ou, diretamente as privatizações. Assim, ao se eximir da manutenção de políticas públicas, por meio principalmente dos cortes no financiamento, o Estado anuncia cenas em que o setor privado pode agir com protagonismo.

A compreensão dos determinantes que incidem sobre o lazer, a partir da década de 1990, emanam de períodos anteriores, datados da crise sistêmica e estrutural do capital, da década de 1970. Em busca de saídas para essa crise, nas duas décadas seguintes, 1980 e 1990, o capital operou intensa reestruturação produtiva, envidando esforços para a flexibilização da produção e do trabalho (MÉSZÁROS, 2011). Referenciada em Antunes (2001), Silva (2019, p. 31) evidenciou os principais impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho:

[...] crescente redução do proletariado fabril estável, o enorme incremento do novo proletariado (terceirizados e subcontratados), o aumento do trabalho feminino (trabalho precarizado e desregulamentado) e o incremento dos assalariados médios e de serviço. Para cumprir com o novo formato do trabalho, foi necessário um trabalhador de um novo tipo, polivalente, capaz inclusive de cooperar em projetos de máquinas e na gestão da qualidade dos produtos.

Pari passu aos impactos no mundo do trabalho, na esfera do Estado, neoliberal, o capital demandou acirrados ajustes estruturais, sentidos pelos amplos setores das políticas públicas, com particularidades à educação, especialmente a partir da década de 1990.

Subservientes ao capital, sucessivos governos, em nível nacional, cada qual a sua forma, acataram os ditames do capital internacional, para junto à burguesia explorar e oprimir ainda mais a classe trabalhadora, levando-a a condições de trabalho e vida que em muito rememoram um filme de terror, alusão adotada nos meandros deste manuscrito.

Esse cenário de horrores não é exclusivo da rede nacional, ao contrário, já estava em curso internacionalmente e foi agravado com a pandemia da COVID-19. Nesse contexto, nos ocupamos no referido escrito em problematizar o lazer, que, entendido enquanto prática social, se apresenta a partir das determinações do modo de produção capitalista.

Com vias às discussões necessárias para as sínteses mais aproximadas de explicação do fenômeno do lazer na atualidade e buscando traçar linhas gerais de sua materialidade pós-pandemia, realizamos um estudo bibliográfico e ancorado no método do materialismo histórico e dialético. A crise mundial do capital, juntamente com a pandemia da COVID-19, é um fenômeno histórico e social, com desdobramentos em diversos âmbitos de nossa vida social. Acreditamos que o materialismo histórico-dialético segue sendo uma ferramenta potente para a compreensão das dinâmicas e das contradições do sociometabolismo do capital, bem como para pensar em seus desdobramentos sobre o lazer, enquanto prática social.

Para este estudo, de caráter exploratório, seguimos os seguintes passos: buscamos em bancos de dados de teses, artigos e dissertações pesquisas sobre políticas públicas de lazer, o lazer mercadoria e acesso ao lazer; selecionamos, por meio dos resumos, os textos que consideramos

importantes para realização dessa pesquisa; por fim, fizemos a leitura e análise das fontes, para, assim, buscar identificar as contradições e as relações entre esses elementos, na intenção de compreender e projetar os impactos da crise, agravada pela pandemia, no lazer da população.

As discussões estão apresentadas em dois momentos: análise da crise do capitalismo e transformações no mundo do trabalho; e as implicações sobre o trabalho e, conseqüentemente, no lazer.

Por fim, consideramos que urge a necessidade da transformação social, da emancipação da classe trabalhadora, para que esta, apesar de exposta a todas as práticas de terror do capital, se mantenha unida e esperançosa na construção de um horizonte em que a realidade não seja a queda livre, terraplanista, na barbárie e, sim, a possibilidade de produzir sua existência, livre da divisão de classes sociais, com apropriação e distribuição coletiva da produção, potencializando a vida humana, em sua generalidade ontológica.

CAPITALISMO EM CRISE E OS CRIMES À CLASSE TRABALHADORA: CENA 1

Antes de abordar o lazer e, por considerarmos essencial para ousarmos tratar sobre o assunto, vamos falar de trabalho, mais especificamente do trabalho na sociedade capitalista. Buscamos constituir, mesmo que com brevidade, um caminho para o pensamento acerca dessa categoria, desde as leis mais gerais que o regem, passando pelas crises estruturais recentes de seu funcionamento – por interferirem diretamente na crise atual – chegando ao seu agravamento, ocasionada pela pandemia do coronavírus.

Para tal tarefa, iniciamos relembrando a crítica de Marx (1982b) ao funcionamento do capital, ao afirmar, atencioso com os polos classistas fundamentais, que se repelem, que o adensamento do capital nas mãos dos burgueses parasitários é extraído do sangue que sugam cotidianamente dos trabalhadores, que trataremos no texto com alusões a outros crimes. Tal assertiva foi manifestada pelo filósofo com o seguinte apontamento:

Os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num polo e, no polo oposto, a massa da população se converteu em assalariados livres, em *pobres que* trabalham essa [é a] obra prima da indústria moderna. Se o dinheiro, segundo Augier, ‘vem ao mundo com uma mancha natural de sangue numa de suas faces’, o capital, ao surgir, escorrem-lhe sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés (MARX, 1982b, p. 879, grifos do autor).

Na mesma seção de suas análises sobre o capital, em nota de rodapé, Marx (1982) chama atenção para o horror que esse sistema tem à ausência de lucros, ou ao lucro pequeno. Aproveita esse filósofo para registrar que, em busca da multiplicidade ilimitável de acumulação, o capital é capaz de quaisquer ações em direção às forças produtivas e, em particular, à classe trabalhadora.

Apesar da leitura marxista ser destinada à gênese do sistema capitalista, distante da atualidade mais de um século e meio, permanece latente e provada na realidade histórica. O pensamento de Marx nos ajuda a perceber que, ao contrário de exclusividade, há amplitude e aprofundamento do *modus operandi* capitalista de exploração da força de trabalho objetivando a multiplicação exponencial dos lucros:

O capital tem horror à ausência de lucro ou ao lucro muito pequeno, como a natureza tem horror ao vácuo. Com lucro adequado, o capital cria coragem. Dez por cento certos, e fica assegurado seu emprego em qualquer parte; com 20%,

infla-se de entusiasmo; com 50%, é positivamente audacioso; com 100%, calca a seus pés todas as leis humanas; com 300%, não se detém diante de nenhum crime, mesmo sob o risco da força. Se a turbulência e a cizânia produzem lucros, encorajará a ambas (MARX, 1982b, p. 879).

A análise de Marx sobre a tendência do capital em perseguir desenfreadamente o aumento dos lucros requer que tragamos à baila outra tendência, emaranhada de suas entranhas: a queda tendencial da taxa de lucros (MARX, 1974). Segundo reporta a lei acima mencionada, os lucros são obtidos de forma espiral e descendente, nunca chegando a atingir níveis de acumulação anteriores.

A propósito, pautados na lei precitada, inserimos a crise estrutural de 1970, por suas determinações à conjuntura atual e, em particular, ao trabalho e ao lazer. Mesmo golpeando os trabalhadores com a reestruturação produtiva e com os ajustes estruturais, o capital não se reergueu totalmente, não retomou suas taxas de lucros, nas décadas que seguiram a 1970. Nessas décadas, a queda da taxa de lucros, sistêmica, culminou em acirramento da crise econômica em curso, mais evidente a partir de 2007/2008, que se alastrou pelo mundo, atingindo como um tsunami o epicentro do capitalismo, os Estados Unidos.

Diante dessas crises, em âmbito mundial, o capitalismo se encorajou e avançou vorazmente em busca da retomada da acumulação. Além da intensificação da exploração, da reestruturação produtiva e dos ajustes de estrutura, em especial a estatal, Harvey (2021) evidenciou o estímulo à explosiva aceleração nos modos de consumo. A adjetivação cunhada pelo autor por explosão elucida a drástica redução do tempo de rotatividade do consumo, nos permitindo entender que, mercadorias antes geradoras da crise de superprodução foram recolocadas nas prateleiras e, enfim, estavam se realizando.

Enquanto o tsunami do capital internacional de 2007/2008 se alastrava com ventos e trovoadas, no Brasil, os sucessivos governos petistas mantinham o Brasil surfando na marolinha (ANDERSON, 2011- grifo nosso). Isso pode ser evidenciado pelo fato de terem tentado conciliar os interesses de classes, agradando assim a burguesia internacional e seus representantes nacionais, que compunham esses governos, e também os trabalhadores (mas não tanto!), em muito convencidos por suas direções (seguidistas, reformistas, pelegas ou alpinistas sociais), cooptadas por Lula e base de sua sustentação política.

Mesclando “[...] sensibilidade social afetuosa e frio cálculo político [...]”, como analisou sua sucessora Dilma Rousseff, Lula teve chancela popular, tanto de representações classistas, quanto de movimentos sociais, e buscou realizar a conciliação do irreconciliável. Por um lado, fez concessões ao capital, como a continuidade do pagamento da dívida externa e de seus juros, acelerou os passos do país no sentido de acompanhar a nova velocidade média mundial da circulação e consumo de mercadorias, por meio de investimentos diretos no setor privado, redução fiscal para a linha branca, dentre outras medidas. Por outro lado, continuou implementando políticas sociais que beneficiaram a população mais empobrecida, em especial na forma de políticas assistencialistas focalizadas, como a Bolsa Família, mas também evidente na manutenção do preço dos produtos básicos de consumo (HARVEY, 2021).

Ainda que tais políticas tivessem efeito anticíclico na economia, garantindo a marolinha, passou-se a visualizar a aproximação de um tsunami aos moldes orientais. Esse fenômeno somado aos ataques à classe trabalhadora, por meio das reformas, junto aos escândalos de corrupção, foram realocando na memória de grande parte da população o apreço pelo Partido dos Trabalhadores e seu principal líder. Apesar dos desgastes, o PT segue na presidência com Dilma Rousseff (ANDERSON, 2011). Mas o fenômeno da crise internacional havia impactado a economia

e, apesar dos acordos aprofundados com o capital, por Dilma, como tentativa de retomada do crescimento econômico, a crise política se agudizou. Tal fato torna-se evidente a partir de 2013, num fenômeno compreendido por Antunes (2018) como policlassista (e que não tomou formas revolucionárias) e que, abreviadas inúmeras determinações impossíveis de serem abarcadas por este manuscrito, emerge no golpe de 2016 e na eleição de Bolsonaro em 2018.

Após o golpe, ajudando a burguesia a continuar se alimentando da essência vital dos trabalhadores, Michel Temer implementa suas políticas vampíricas, dentre as quais chamamos atenção para a Emenda Constitucional 95, que estabelece o teto dos gastos públicos ao longo de 20 anos, a Desvinculação das Receitas da União (DRU) – que atingiu principalmente educação e saúde –, a Lei de Greve e a Lei das Terceirizações, por implicar diretamente no agravamento da crise econômica e no enfrentamento às políticas sanitárias necessárias frente à pandemia.

E, nas eleições de 2018, apesar do uníssono #elenão, não como um último suspiro de classe, mas por vozes que historicamente seguem e seguirão ecoando, foi eleito Jair Messias Bolsonaro.

Analisando esse governo não como um fenômeno isolado e sim inserido num contexto conservador mais amplo, concordamos com os estudos de Silva, Penna e Rebelatto (2019, p. 02):

Somado aos tons sombrios da crise do capital vivemos, em tons verde e amarelo, uma onda conservadora, de inspiração mundial, em especial nos tons vermelho, azul e branco e com algumas estrelas num canto esquerdo qualquer ou com um certo bigode centralizado abaixo do nariz. Essa inspiração tem borrado cada vez mais o verde amarelo com o vermelho sangue; exploração, opressão, destruição da natureza...

Se observávamos, com Temer, ações sanguinárias sobre a força de trabalho, com Bolsonaro esses trabalhadores estão sendo enquadrados num cortejo fúnebre, durante o qual são aprofundadas a superexploração, a flexibilização do trabalho e de direitos, a pobreza e a miséria. O destino desse cortejo já foi anunciado nas análises luxemburgueanas. Qualitativamente distinto do pensamento da revolucionária alemã, esse governo se utiliza de fundamentos de outro alemão, como as autoras (2019) aludiram, o do bigode reto e centralizado abaixo do nariz. Em tons verde e amarelo, fundamentados em teorias terraplanistas, Bolsonaro dirige tal cortejo à tentativa de que seu último passo seja para o abismo da barbárie.

Diferente das marchas compostas por Chopin, o ritmo nacional do cortejo para a exploração possui notas embrutecedoras dos sentidos, composta por quantitativos de decibéis que estouram os tímpanos, na tentativa de apagar qualquer sensibilidade dos ouvidos da classe trabalhadora¹. Obrigando a classe a engolir o choro, o governo Bolsonaro e o capital encurralam cada vez mais os trabalhadores, chegando a um quantitativo de 14,3% de desempregados (BRASIL de fato, 2021). E o desemprego não se constitui em elemento exclusivo do percurso para a barbárie, no caminho, a classe trabalhadora é obrigada a passar pelo corredor polonês, nos sendo possível citar socos e pontapés como a elevação da informalidade, a expansão das terceirizações e a flexibilização ampla do trabalho, piorando ainda mais “[...] a situação do trabalhador [...]” (MARX, 1982. p. 749).

Se, em obediência à lógica estrutural do capital mundial, cada vez mais com maior variabilidade nas formas de exploração, como alertava Antunes (2018, p. 35- grifos do autor), já estávamos “[...] vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital”, analisamos que, com a pandemia da COVID-19, a necessidade do isolamento social e o aprofundamento da crise qualificou o capital

¹ Mas, dialeticamente, segue o ritmo esperançoso da luta: a classe ainda tem a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).

a atirar a esmo na maioria da classe trabalhadora, lançando-a à morte em praça pública, sob a justificativa de salvar a economia, cujos verdugos nacionais² e internacionais nos são conhecidos, ou acorrentando-a em suas casas, em trabalho domiciliar digital e em trabalhos não remunerados, mas que garantem a manutenção da vida e da força de trabalho.

Produto da recessão, do aprofundamento da crise e da falta de uma política de taxaço das riquezas e distribuição de renda emergencial³, há ainda o aumento do quantitativo de trabalhadores que ficaram sem nenhuma remuneração, contabilizados pelo IBGE no mês de maio de 2020⁴ em 9,7 milhões, atingindo principalmente os 40% da população que já estava na informalidade (IBGE, 2020).

Não bastasse a informalidade, vale resgatar dos estudos de Peixoto (et. al. 2019) que metade da população tem renda média de R\$413,00 (quatrocentos e treze reais) mensais. Isso significa que não implementar uma política de renda emergencial para este momento pandêmico é relegar os trabalhadores mais pobres à morte em praça pública, uma vez que há “imensa quantidade de pessoas em situação de rua sem acesso à habitação, água, alimentação e instalações sanitárias [...]” (PEIXOTO, et.al. 2019, p. 31).

O trabalho forçado em *home office*, além das condições de exploração, obriga os trabalhadores a colocar suas casas à disposição da produção de sua força de trabalho e a publicizar suas condições de vida, como pano de fundo de sua imagem captada pela câmera. Essas imagens expressam as condições de moradia da classe trabalhadora, o que é “[...] acessível aos mais pobres é marcado pela aglomeração com alta concentração de casas de poucos cômodos, ausência de ventilação [...]” (PEIXOTO, et.al. 2019, p. 31)

Além disso, o governo tem cortado progressivamente os investimentos em políticas públicas, mesmo com estudos demonstrando que os governos que melhor estão administrando o agravo da crise imposto pela pandemia são os que justamente estão implementando políticas diretamente opostas às do governo brasileiro: políticas de investimentos nos setores públicos.

O agravamento da crise é mundial, podendo haver conjugações desiguais e combinadas, em cada nação, a depender do nível de desenvolvimento das forças produtivas internas. Nesse sentido, Harvey (2021) identificou que países menos neoliberais e que tem priorizado investimentos nos setores públicos estão passando melhor pela pandemia. Para o autor,

Talvez seja sintomático que os países menos neoliberais, China e Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura, tenham passado melhor pela pandemia do que a Itália. [...] Além disso, a China e Cingapura empregaram seus poderes de vigilância pessoal em níveis invasivos e autoritários. Mas eles parecem ter sido extremamente eficazes em conjunto (HARVEY, 2021, n.p.)

Esses reordenamentos econômicos das nações em nível mundial, em que pese inúmeras determinações, têm acompanhado as políticas de contenção da pandemia, desde o isolamento

² Segundo dados do G1, o patrimônio dos 42 bilionários brasileiros aumentou em U\$ 34 bilhões de dólares com a pandemia (G1, 2020b).

³ Vale registrar que a renda emergencial foi uma conquista dos trabalhadores, mas não pode ser qualificada como uma política, pois teve duração prévia determinada, assim como não podemos considerar que a PEC vai atender emergencialmente às necessidades básicas dos trabalhadores quando, por outro lado, há previsão do estancamento em investimentos em outros setores do público, como saúde, vitais para esse momento.

⁴ No decorrer de um ano de pandemia, atentos às análises de Harvey (2021), podemos afirmar ter havido aumento desses dados e há latência em sua atualização.

social e sendo muito importante as condições de acesso à vacina e o ritmo do avanço da imunização para a retomada das atividades econômicas, dantes estagnadas.

Considerando que os países que estão passando melhor pela crise sairão dela em melhores condições, podemos afirmar que os que estão passando com maiores dificuldades, sairão em piores condições. Nesse contexto, o Brasil, ocupante da segunda colocação em número de mortos por COVID-19, com vagarosa imunização da população, negando a própria vacina e as medidas de contenção do vírus, e pregando a imunização de rebanho, expressa não estar passando bem pela pandemia.

Somado às condições ruins com que vem passando pela pandemia, o governo brasileiro segue implementando as políticas neoliberais, e deu seu ultimato à classe trabalhadora e aos serviços públicos com o Projeto de Emenda Constitucional nº 32 (PEC 32). Essa PEC impõe a desresponsabilização total do Estado pelos serviços públicos, e, seguindo a rota de análise de Harvey, tende a levar o país a sair do período pandêmico em condições econômicas ainda piores.

Assim, no arranjo desigual e combinado do desenvolvimento econômico mundial, possivelmente o Brasil seguirá condenado à sua condição periférica. Empreendendo a leitura de que, junto ao término do período pandêmico, o capital se aproxima do fechamento de sua crise de acumulação de 2007/2008 e adentra a uma nova crise, obedecendo ao princípio de sua lógica cíclica, e que o capital tem horror ao pouco lucro, é com pesar que anunciamos cenas em que a classe trabalhadora será mais explorada e verá suas condições de vida e de classe ainda mais precarizadas, como já anunciou Marx (1982, p. 748-749):

Todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformado em tormento; desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. Infe-re-se daí que, na medida em que se acumula o capital (diferentemente do que pregam os intelectuais orgânicos da burguesia), tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça a remuneração. A acumulação de miséria é proporcionada pela acumulação do capital. A acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.

Roendo as unhas, diante dessa conjuntura e horizonte de terror, ousamos pensar o lazer.

O LAZER: CENA 2

Ao recuperarmos o enredo de terror imposto pelo modo de produção capitalista, lido imperialista, à classe trabalhadora, e o agravamento do mesmo devido à pandemia da COVID-19, consideramos evidenciar os elementos necessários para iniciarmos esse esboço sobre as determinações que recaem sobre o lazer, buscando entendê-lo em meio à pandemia e vislumbrar o anúncio de cenas de próximos capítulos.

Considerando que, no capitalismo atual, enquanto sistema sociometabólico, apesar de as forças produtivas apresentarem sinais de esgotamento, não reúnem contradições e condições

suficientes para que possam ser canalizados pela classe trabalhadora para a abertura de um período pré-revolucionário, com vias ao socialismo. Com esse elemento conjuntural, abrimos essa sessão com o *spoiler* de que, enquanto classe trabalhadora, seguimos e seguiremos, até que revolucionemos, sob o gélido enredo de exploração pelo capital.

Para pensarmos o lazer durante a pandemia e arriscarmos a projeção de cenas para período posterior a mesma, lembramos de *A Ideologia Alemã* ser pressuposto da existência humana ter as condições para poder viver e que, para tal, é necessário comer, beber, ter um teto, se vestir, dentre outros (MARX; ENGELS, 1976). Como posto em tela anteriormente, há mais de 200 anos, a exploração no capitalismo expõe os trabalhadores a condições precárias de existência, ameaçando a produção e a reprodução de suas vidas. Como constatado, as condições dessa existência são agravadas em decorrência das crises sistêmicas do capital, quando recai sobre os trabalhadores uma variabilidade de crimes em nome do lucro, tão aceitáveis quanto se fez tornar aceitável que a burguesia roube dos homens trabalhadores sua atividade vital, seu trabalho.

Além disso, lembramos do já exposto que, em decorrência da pandemia, houve um aprofundamento da crise e da exploração da classe trabalhadora. O capital e o governo expõem a classe trabalhadora à morte ao desprezar as medidas de distanciamento social estabelecidas mundialmente e, em especial, não conferindo uma renda emergencial adequada para garantir a existência da vida e a permanência dos trabalhadores em suas casas.

Nesse sentido, estudos afirmam que, com a pandemia, “o que para os mais otimistas poderia representar um freio às pretensões governamentais produziu uma aceleração da ofensiva, algo que pode muito bem ser resumido na consigna nem emprego, nem vida!” (OLIVEIRA; CUSTÓDIO; HÚNGARO, 2020, p. 229).

Sob a ameaça da extinção de sua existência, esses trabalhadores marcham na areia movediça da contradição da necessidade de trabalhar para produzir e reproduzir sua existência, ainda que nessa busca possam ser acometidos pela COVID-19, e perder suas próprias vidas.

Recordemo-nos, ainda, que esse trabalho a que estão sendo expostos, adjetivados na sociedade capitalista como alienado/estranhado, extirpa do trabalhador a possibilidade de fruir das potencialidades genéricas do ser humano, restando-lhe a projeção dessa fruição para o tempo livre do trabalho. Sob a justificativa de salvar os empregos, o governo legalizou as reivindicações da burguesia, expressadas na suspensão dos contratos de trabalho, com redução salarial, para que pudessem, assim, cumprir o isolamento, dentre várias outras medidas. Ao mesmo tempo em que estados e municípios adiantaram para o período de isolamento social os feriados e as férias dos trabalhadores, que, da sorte de permanecer com seus empregos, num contexto de aumento progressivo do desemprego, poderão gozar de feriados e férias somente quando saldados esses acordos (OLIVEIRA; CUSTÓDIO; HÚNGARO, 2020).

Empreendemos essa análise para registrar que tais pactos incidiram sobre direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, como o tempo livre do trabalho. Mas sob a arte de representar a vida real dos homens, nos embasamos nas leituras lukacsinas para afirmar que o reflexo estético que apresentamos principia pela evidência das contradições próprias do modo de produção capitalista. Afastamo-nos, portanto, de compreensões românticas e utilitaristas que desfocam dessas contradições, materiais, ao posicionar o lazer no centro da cena, como herói de todas as mazelas sofridas pela classe trabalhadora (LUKÁCS, 1978).

Nossa leitura compreende o desenlace da cena considerando que não há encontro com essa generalidade enquanto houver exploração de uns homens sobre outros, enquanto uma classe subsumir a outra a lhe sustentar. Dessa forma, o tempo de não trabalho seguirá ocupado

por atividades de recuperação das forças para o trabalho e de divertimento para abstração, sob a lógica hegeliana, formal, da condição de exploração. Coadunamo-nos à tese doutoral de Peixoto (2009, p. 42- grifo da autora), fundamentada no pensamento de Marx e Engels, ao indicar a necessidade de a classe trabalhadora empreender a luta

[...] em busca da construção *de outra hegemonia* na qual assuma centralidade a produção da existência planejada, com vistas (1) à contenção das consequências nocivas aos indivíduos, à sociedade e à natureza, (2) ao fim da apropriação privada dos meios e dos produtos da produção, o fim da divisão social do trabalho e da divisão da sociedade em classes.

Assim, e para pensarmos o lazer, arrazoamos que, persistindo a divisão social do trabalho, o trabalho e o gozo, fora dele, pertence a classes distintas. Desde o século XIX, esse tempo livre do trabalho só é acessado pelo trabalhador quando satisfeitas suas necessidades de produção e reprodução da existência, o que tem sido dificultado pelas formas cada vez mais flexíveis e precarizadas de trabalho.

Focalizamos a imperiosa necessidade da revolução, para mudar o trabalho e somente assim garantir que as potencialidades do gênero humano possam ser socialmente realizadas e questionamos retoricamente: como analisar o lazer hoje, na esteira da permanência do modo de produção capitalista, até que reunamos as condições de revolucionarmos?

O lazer, como qualquer outro aspecto da vida social, se relaciona dialeticamente com as condições concretas de produção material da vida. Ou seja, lazer e trabalho, longe de serem opostos, formam um todo dinâmico, que precisa ser analisado sempre em sua complexa relação (BLACKLEDGE, 2017). Nesse sentido, nos ancoramos na insistência dos estudos doutorais de Peixoto (2009) acerca dos estudos do lazer no Brasil, para afirmarmos, inspirados no mesmo vigor da autora, que se trata aqui de compreender o lazer frente ao modo de produção e reprodução capitalista, “[...] para além da repetitiva afirmação da origem da *prática social* do lazer enquanto fruto do rompimento da vida no processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna [...]” (PEIXOTO, 2009, p. 36- grifo da autora).

Assim, prescindimos e radicamos no materialismo histórico-dialético, para empreendemos uma leitura sobre o lazer enfatizando três aspectos: as políticas públicas de lazer, o lazer mercadoria e o acesso ao lazer, por compreendermos como análises judicativas desse fenômeno quando do término da pandemia.

Iniciamos com as políticas públicas de lazer e, para tal análise, consideramos necessário resgatar o resumo de capítulos anteriores. Conforme registrado anteriormente, há décadas estão em curso políticas neoliberais, ampliadas e aprofundadas, *pari passu* às necessidades do capital (ANTUNES, 2018; PEIXOTO, et.al., 2019).

Com a aplicação à risca dessas políticas, em que profundos cortes foram realizados em importantes setores como saúde, educação e segurança pública, nos parece que políticas de lazer figuram como meras coadjuvantes. A Carta Constitucional de 1988, embora cite o lazer como um direito social, não estabelece princípios, diretrizes, objetivos e regras claras, que sirvam de orientação à concretização desse direito na vida da população brasileira (SILVESTRE E AMARAL, 2019). Essa falta de definição, favorece ao predomínio de uma visão mistificada e utilitarista do tema, que delega ao lazer a resolução de mazelas sociais, como a violência, as drogas e o crime. A reconfiguração do papel do Estado, fruto do ideário neoliberal, acaba desobrigando ainda mais o Estado a garantir o acesso ao Esporte, relegando-o ao cuidado de ONGs e organizações sociais

privadas, que reforçam essa visão mistificada, que contribui para a reprodução do sociometabolismo do capital (SILVEIRA, 2013).

Enquanto as PPP e privatizações vão sendo realizadas, nos amedronta, sem precedentes, o Projeto de Emenda Constitucional nº 32. Essa PEC viabiliza o aprofundamento, drástico, da aplicação do roteiro neoliberal pois retira o Estado de cena, encaminhando-o aos bastidores, como subsidiário de serviços, dantes públicos, apenas onde a iniciativa privada não ocupar os palcos a ela concedidos. E, ameaçou o governo: isso é só o começo!

Dedicados a estudos econômicos nacionais, e de outros países pelo mundo, a Auditoria Cidadã da Dívida afirmou que “A PEC 32 traz, de fato, uma Reforma Ideológica que modifica profundamente o papel do Estado, o qual passa a ser regido prioritariamente pelo mercado e seus interesses privados voltados para a obtenção de lucros.” (AUDITORIA CIDADÃ, 2021, n.p.)

Ao adjetivarmos as políticas de lazer como coadjuvantes chamamos atenção para o seu papel secundário, dramatizado, por exemplo, pelas sucessivas vacâncias à frente das secretarias, revisão, suspensão e redução de projetos culturais financiados diretamente por empresas públicas, e um conjunto de “desmonte de políticas culturais [...]” (OLIVEIRA; CUSTÓDIO; HÚNGARO, 2020, p. 236).

Outra prática de lazer que está sob a mesma esteira de ataques é o esporte. O estudo de Frizzo (2019), que tem por objetivo analisar as políticas públicas para o esporte no Brasil, aponta para uma perspectiva acerca do lazer enquanto pêndulo de uma balança, que, ao ser retirado investimento público, abre espaço para cifras cada vez maiores no setor privado. Nas palavras do autor:

A perspectiva ultra-liberal de redução do papel do Estado como garantidora de políticas sociais é acompanhada de mecanismos que autorizam a iniciativa privada a ser a principal promotora e responsável pela oferta de serviços que a esfera pública deixa de atender. As diferentes formas e privatizações, desde empresas estatais à prestação de serviços públicos, tem sido recorrentes nos últimos anos [...] (FRIZZO, 2019, p. 07).

Mas, se do lado público foram abreviadas as possibilidades de manutenção do lazer como direito social, bem como potencializada a desatenção intencional ao mesmo, por meio das PPP, privatizações diretas e alocação do Estado sob o princípio da subsidiariedade, por outro lado, assistimos ser promovido a um papel de destaque, um outro ator: o lazer mercadoria.

Sobre esse formato de lazer não devemos nutrir esperanças em leituras baseadas na ideologia burguesa de “[...] que o mercado seria capaz de dar respostas às demandas sociais, quando se sabe que o setor privado visa o lucro, e não o atendimento universal das necessidades da sociedade, o que tem ficado ainda mais evidente durante a atual pandemia” (AUDITORIA CIDADÃ, 2021, n.p.).

O lazer, embora seu reconhecimento seja fruto das lutas políticas dos trabalhadores, hoje se manifesta prioritariamente como mercadoria com elevado potencial de venda, ou como estratégia de controle do capital sobre o tempo livre dos trabalhadores. Na sociedade neoliberal, quando o terceiro setor assume várias responsabilidades do Estado, isso tende a se agravar, empobrecendo a experiência do lazer (ATHAYDE, 2013).

Para entender o fenômeno do lazer mercadoria recorreremos à generalidade do aceleração da circulação e consumo de mercadorias do pós-crise de 2007/2008. Sobre esse, os estudos de Harvey (2021) apresentaram a existência de imensa coleção de mercadorias de consumo instantâneo produzidas no período, com particular atenção ao consumo no tempo de não trabalho.

Destacou ter havido uma enxurrada de investimentos nessas formas de consumo, sendo que “[...] o turismo internacional foi emblemático. As visitas internacionais aumentaram de US\$ 800 milhões para US\$ 1,4 bilhão entre 2010 e 2018.” (HARVEY, 2021, n.p., grifo nosso).

Para não perder seu momento de fama e seguindo o enredo neoliberal, os sucessivos governos nacionais embarcaram nos investimentos necessários à velocidade da circulação e do consumo de mercadorias nesse setor da economia, majoritariamente estabelecendo parcerias com os setores privados para a ampliação e reestruturação de aeroportos⁵, revitalização de espaços públicos de lazer, reformas urbanas, em especial nas proximidades de hotéis, bares, restaurantes, parques temáticos, centros culturais, dentre outros.

Porém, com o aprofundamento da crise, do desemprego, redução da renda individual nacional e aumento do custo para a manutenção da vida, o setor de turismo e lazer, obedecendo à escala de necessidades humanas de consumo, já perdiam o prestígio ou eram canceladas e sentiam redução do ritmo de vendas.

Com a pandemia, houve a interrupção do comércio das mercadorias de lazer, em aceleração constante até 2018, tais como viagens, pacotes de turismo, bares, restaurantes, hotéis, em obediência às políticas mundiais de isolamento social. Harvey (2021) atrelou os possíveis impactos vividos pelo capitalismo na pandemia ao tempo de permanência da interrupção do fluxo de capitais. Quando desses escritos do autor, marcados pelos meses iniciais da COVID-19, o mesmo (2021, n.p.) afirmou que “[...] a desvalorização não ocorre porque as mercadorias não podem ser vendidas, mas porque não podem ser vendidas a tempo”, em especial devido à rapidez de sua realização, em períodos antecedentes.

Enquanto mercadoria, além de sua realização, o lazer obedece às leis mais gerais de produção, circulação e consumo, operando com paralisação abrupta no início da pandemia, mas que, com as flexibilizações governamentais das medidas protetivas, vemos em destaque as classes sociais com poder de compra, a burguesia e alguns setores da classe média.

Partindo das demarcadas relações de consumo atribuídas, em especial às duas classes fundamentais que compõe o modo de produção capitalista, podemos generalizar que a burguesia vai continuar exercendo, com liberdade, a fruição de seu tempo livre, podendo consumir uma variedade de mercadorias de lazer, logo seguirá viajando e se regozijando nos Parques da Disney, ou perambular pelo mundo, em seus jatinhos buscando isolamento social, conforme exemplificou Harvey (2021), navegando *on-line* pelas visitas a museus, *lives* de música e teatro, filmes, ou em quaisquer outros lugares que sua condição parasitária da classe trabalhadora lhe conferir.

Diante das prateleiras do lazer mercadoria virtual, a burguesia tem à disposição uma crescente coleção de mercadorias. Dentre elas, destacamos, em 2020, o aumento no consumo dos *videogames* em 7%, do *e-sports* em 29,7% e a venda de ingressos para eventos e campeonatos em 176,6 % (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Com dados mais amplos, o PWC (2021) registrou que, apesar de abaixo das projeções de crescimento estabelecidas para o período, em decorrência da pandemia, “o mercado global de mídia e entretenimento crescerá a uma média anual de 4,2% nos próximos cinco anos [...]. No Brasil [...] a expectativa é que o faturamento do setor aumente 4,6% ao ano [...]” (PWC, 2021, n.p.).

Ao revés, à classe trabalhadora, desempregada, subempregada, “uberizada”, empreendedora de si, trabalhadora digital, em *home office* e outros, veem o crescimento exponencial do

⁵ Vide o leilão de Confinos, Galeão, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis (G1, 2013; 2016) e a construção de espaços para os megaeventos (FRIZZO, 2019).

seu tempo ocupado com o trabalho⁶, termos apreendidos por Antunes (2018, p.34) para cunhar a “disponibilidade perpétua para o labor”. Como sombra do aumento do tempo de trabalho, alertamos estar andando, passo a passo, o tempo necessário para a manutenção dessa força de trabalho, em obediência aos novos protocolos de cuidado e proteção da vida.

Preocupada em se manter viva, cada vez mais empobrecida e com menor poder de compra⁷, restam à classe trabalhadora as migalhas, tornadas farelo, caídas da mesa da classe dirigente, que há apenas um toque de tela e três dígitos do código de segurança de seus cartões de crédito, seguem se fartando de suas experiências gastronômicas.

A condição de classe dos trabalhadores tem os impossibilitado até mesmo do lazer utilitarista, no sentido de compensar a alienação/estranhamento pelo trabalho, conforme observado por Harvey (2021, n. p.): “O esforço em direção ao que André Gorz descreve como consumismo compensatório (no qual os trabalhadores alienados deveriam recuperar o ânimo por meio de um pacote de férias em uma praia tropical) foi sabotado.” E, no contexto pandêmico, ou a classe trabalhadora prioriza o uso de sua internet para trabalhar ou receber o ensino remoto de seus filhos, ou vê ameaçada sua existência, sua produção e reprodução. Ao considerarmos que mais de 20% da população nacional não tem acesso à internet e menos da metade não possui computadores, podemos afirmar que o lazer virtual não se constitui em uma realidade de consumo para a classe trabalhadora (PEIXOTO, et.al., 2019).

E, caso a classe trabalhadora, em luta, não consiga correlação de forças favorável para impossibilitar a aprovação da PEC 32, sairá da pandemia em meio ao levante de um universo de mercadorias, postas em cena, no lugar antes ocupado pelo Sistema Público de Saúde, pelas escolas públicas federais, estaduais e municipais, segurança pública, lazer público, dentre outros. Diante desse pior dos cenários, talvez não reste à classe trabalhadora, caída das mesas fartas da burguesia, nem as migalhas das políticas públicas mais vitais, ou quaisquer outras de suas formas diminutas.

Não esgotada tal discussão, mas com o arrazoado apresentado, nos cabe retomar os três aspectos elencados como recorte e fio condutor em torno do qual pusemos em tela a problemática: as políticas públicas de lazer, o lazer mercadoria e o acesso ao lazer, por compreendermos como análises judicativas desse fenômeno quando do término da pandemia, a partir dos quais projetamos algumas sínteses, e as dispomos para focalização de outras luzes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EPÍLOGO

Resgatamos o objetivo de analisar o lazer no contexto da crise mundial do capital e, em particular, o agravamento de tal crise, promovido pela pandemia mundial da COVID-19, como subsídios para se pensar o lazer pós-pandêmico. Pudemos trazer à tela que, diante das crises de acumulação pelas quais vem passando o modo de produção capitalista, a burguesia, junto aos governos, vem aprofundando e ampliando suas formas de exploração, pois o capital tem aversão ao pouco lucro. Com isso, determina condições de existência dessa classe representadas em cenas de terror; reflexo da vida material da humanidade sob o capitalismo.

⁶ Os estudos de Oliveira, Custódio e Húngaro (2020) registraram a implosão das fronteiras entre casa e trabalho, dentre outras medidas de flexibilização conferidas pela Reforma Trabalhista, arquitetada por sucessivos governos e aprovada por Michel Temer.

⁷ Segundo pesquisa do PROCON/SP, o poder de compra diminuiu para aproximadamente 70% dos brasileiros e dentre as justificativas está a queda da renda individual (BEM PARANÁ, 2021).

No interior dessa película, contracenamos com outros trabalhadores cada vez mais flexibilizados, precarizados, “uberizados”, empreendedores de si mesmo e outras variadas formas atribuídas ao trabalho e ao trabalhador, em nome da sequência do enredo escrito pela burguesia, enquanto classe social dirigente, que pretende manter seu *status quo*.

Se há mais de 200 anos que esse enredo segue sendo apresentado e havendo um espiral e ascendente nas condições de exploração do trabalho e de vida da classe trabalhadora, havemos de destacar que, com a pandemia mundial, tais condições foram agravadas. Além disso, os crimes cometidos contra a classe trabalhadora, enlutada, são cada vez mais inescrupulosos.

Decalcada em imagens de sofrimento, a classe trabalhadora resiste e busca manter sua existência, mesmo sob a contradição de, em trabalho presencial, estar mais exposta a perder sua vida. Priorizando a manutenção da vida e sob o contexto apresentado, ao nos referirmos ao lazer afirmamos que aos trabalhadores seguirão restando apenas migalhas caídas da mesa da burguesia, tornadas farelo, a depender do acirramento da crise econômica mundial.

Enquanto isso, sobre essas mesas da burguesia, seguirá havendo fartura, fruição das mais variadas formas da mercadoria do lazer, cujo consumo seguirá sendo exaltado a plenos pulmões e em meio a gargalhadas, com entonação de voz, lhe sendo aprazível sua condição parasitária e não lhe desconfortando caso não reste nem migalhas por debaixo das mesas.

As distintas condições de acesso ao lazer mercadoria, pelas diferentes classes sociais, configura o lazer público como única possibilidade para a classe trabalhadora, e, à medida que os governos neoliberais seguem à risca seus papéis de reguladores da burguesia, não lhes sendo prioridade nem mesmo o setor da saúde, quando da existência de uma pandemia, podemos considerar que seguirá em curso a desatenção ao lazer, enquanto direito social a ser conferido pelo Estado.

Confirmada essa leitura da realidade, as possibilidades de lazer público para o pós-pandêmico estarão restritas a um quantitativo cada vez mais inexpressivo de equipamentos públicos de lazer, em sua maioria situados em grandes centros urbanos, e em via crescente de privatização e de parcerias com os setores privados, aos moldes já realizados com os parques ambientais nacionais em meio à pandemia.

Compreendidas as políticas públicas como conquistas da classe trabalhadora, e próprias das concessões possíveis de ser concedidas por esse modo de produção, apesar de impactados com o cenário de terror exposto, é necessário rememorar dos Manuscritos de Marx, que é constituinte do gênero humano a capacidade de planejar, de conceber no plano das ideias e, apesar das manchas sanguinárias espalhadas pela agrura que a burguesia tem imputado à classe trabalhadora, ainda não nos foi sugada a capacidade de sonhar e de dispor de nossas forças vitais para lutar pela manutenção de direitos, como as políticas públicas de lazer (MARX, 1989). Sonho esse, ampliado pelos ensinamentos do Manifesto, produto da camaradagem de Marx com Engels e que apresentam a revolução como desenlace, condição vital para a construção de um modo de produção socialista, sob um enredo que possa aludir a um filme de felicidade, cindido na fruição da totalidade das potencialidades do gênero humano.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Pandemia acelerou transformação digital no setor de entretenimento. Publicado em 07/10/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-10/pandemia-acelerou-transformacao-digital-no-setor-de-entretenimento>. Acessado em 22/05/2021.

AUDITORIA CIDADÃ. Carta aberta questiona reforma administrativa (PEC 32/2020). Publicado em 01/02/2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/carta-aberta-questiona-reforma-administrativa-pec-32-2020/>. Acessado em 28/05/2021.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**. 91, nov. 2011. p. 23-52.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O direito ao lazer e as novas expressões da “questão social” frente à (ir)realidade brasileira. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jun./2013.

BEM PARANÁ. **Poder de compra cai para quase 70% da população**. 25/03/2021. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/poder-de-compra-cai-para-quase-70-da-populacao#YKEVqbVVKJIU>. Acessado em 16/05/2021.

BLACKLEDGE, Paul. The Dialectics of Work and Leisure in Marx, Lukács, and Lefebvre. In: SPRACKLEN, Karl; LASHUA, Brett; SHARPE, Erin; and SWAIN, Spencer. **The Palgrave handbook of leisure theory**. p. 473-486. Macmillan Publishers: London, 2017.

BRASIL de fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/31/brasil-tem-numero-recorde-de-desempregados-14-3-milhoes#:~:text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego,per%C3%ADodo%20em%20toda%20a%20s%C3%A9rie.&text=Com%20total%20de%205%2C902%20milh%C3%B5es,de%202020%3A%20mais%201%2C204%20milh%C3%A3o>. Acessado em 06/05/2021.

FRIZZO, Giovanni Ernest. Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte. **Revista Motrivivência**. V. 31. N. 60. P. 01-15. Out/dez, 2019.

G1. **Governo arrecada R\$ 20,8 bilhões com leilão de Confins e Galeão**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/11/governo-arrecada-r-208-bilhoes-com-leilao-de-confins-e-do-galeao.html>. Acessado em 06/05/2021a.

G1. **Governo Dilma deve lançar até sexta-feira edital para leiloar quatro aeroportos**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/governo-dilma-deve-lancar-ate-sexta-edital-para-leiloar-quatro-aeroportos.html>. Acessado em 06/05/2021b.

G1. **Bolsonaro autoriza concessão dos parques nacionais de Brasília e Santa Catarina à iniciativa privada**. Publicado em: 10/08/2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/08/10/bolsonaro-autoriza-privatizacao-dos-parques-nacionais-de-brasilia-e-santa-catarina.ghtml>. Acessado em 25/05/2021c.

G1. **Patrimônio dos super-ricos brasileiros cresce US\$ 34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam**. Publicado em 27/07/2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>. Acessado em 06/05/2021d.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

IBGE. **Pandemia deixa 9,7 milhões de trabalhadores sem remuneração em maio**. Publicado em: 24/06/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28038-pandemia-deixa-9-7-milhoes-de-trabalhadores-sem-remuneracao-em-maio>. Acessado em: 05/04/2021.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MARX, K. **O capital em três livros**, l. ,1 v. 1. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, K. **O capital em três livros**, l. 1, v. 2. São Paulo: Difel, 1982b.

MARX, K. **Manuscritos econômicos - filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, K. y ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OECD. **Concessão de parques à iniciativa privada tem novo avanço sob governo Bolsonaro**. Publicado em 09 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org.br/reportagens/concessao-de-parques-a-iniciativa-privada-tem-novo-avanco-sob-governo-bolsonaro/>. Acessado em: 18/05/2021.

OLIVEIRA, Bruno Assis; CUSTÓDIO, Mariana Lopes; HÚNGARO, Edson Marcelo. Disputas em torno do tempo e da vida (ou morte) do trabalhador brasileiro: contribuições para uma análise crítica das relações entre lazer, trabalho e pandemia. **Revista Licere**, v. 23, n.3, set, 2020.

PRATA, Hugo Leonardo; SILVA, Elizandra Garcia da; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. “Pelo meu histórico de atleta [...]”: a análise de discurso e a linearidade esporte-saúde. **Movimento**, v.26, p. 01-17. jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/105511>. Acesso em: 28/01/2020.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. **Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça; BRANDÃO, André Figueiredo; SANTO FILHO, Edson do Espírito; SANTOS FILHO, Osvaldo Teodoro dos; LOPES, Vania Moraes. Crise do capital, crise sanitária, crise política: notas de conjuntura e educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 11, n. 3, p. 30-73, dez. 2019.

PWC. **Brasil**. Mercado global de mídia e entretenimento vai movimentar US\$ 2,23 trilhões em 2021. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/pwc-mercado-global-midia-entretenimento-movimentar-17.html>. Acessado em: 22/05/2021.

SILVA, Elizandra Garcia; PENNA, Adriana; REBELATTO, Franciele. **O que pode o corpo? O corpo pode lutar!** Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2019/8conice/paper/viewFile/13735/6955>. Acessado em 24/05/2021.

SILVA, Elizandra Garcia. A expansão da Universidade Federal do Amazonas: implicações a partir do financiamento em tempos de crise. **Avaliação**, v. 24, n. 1, p. 26-44, mar. 2019.

SILVEIRA, Juliano. Considerações sobre o esporte e o lazer: entre direitos sociais e projetos sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, mar/2013.

SILVESTRE, Bruno Modesto; e AMARAL, Silvia Cristina Franco; As emendas constitucionais e o (não) lugar do direito ao lazer. p. 31-50. In: ISAYAMA, Hélder; SILVA, Luciano Pereira (org). **A constituição**

Brasileira de 1988 e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Produções em Programas de Pós-Graduação. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.